

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS PARA AS PESSOAS SURDAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA LINGUAGEM PLENA E GENUÍNA

The Importance of Sign Language for Deaf People in the Building of
a Genuine and Comprehensive Language

Sílvia Andreis Witkoski

Doutoranda em Educação pela UFPR. Mestre em Medicina: Clínica Médica e Ciências Médicas pela UFRGS.

Tânia Maria Baibich-Faria

Doutora em Psicologia Social pela USP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba – PR – Brasil

Endereço

Rua: Juvenal de Carvalho 80 - Bloco A4 - apt 14
Fazendinha - Curitiba - PR
CEP: 81320-185

E-mails

silviaandreis@hotmail.com
tbaibich@terra.com.br

Artigo recebido em 27/05/2010

Aprovado em 05/07/2010

RESUMO

A linguagem exerce papel preponderante na constituição dos sujeitos, visto que é através dela que nos apropriamos da cultura entorno, construímos nosso entendimento sobre o micro e macro universo, e estabelecemos nossas relações socioafetivas. No entanto, apesar da relevância inquestionável da sua importância para os seres humanos, a possibilidade de construção da mesma para os surdos tem sido secularmente negada, ao privá-los da aprendizagem da Língua de Sinais. As origens desta resistência a Libras, presente tanto no seio familiar da maioria das crianças surdas como das instituições de ensino, que deriva dos mitos e preconceitos que se autoperpetuam em relação aos surdos e sua língua natural, são resgatadas a fim de superá-la. Tal discussão é realizada em função de que o objetivo primordial do presente artigo é mostrar a importância desta ser oportunizada às crianças surdas em tenra idade, para o seu pleno desenvolvimento. Para tal, são apontados estudos realizados com crianças surdas filhas de pais surdos, as quais têm a possibilidade de aprenderem a Língua de Sinais como primeira língua já nos primeiros contatos com o seu entorno, os quais são conclusivos no sentido de mostrar a importância da mesma para que estas construam uma linguagem plena e autêntica, alcançando os mesmos patamares de desenvolvimento do que as crianças ouvintes, inseridas em um ambiente linguístico de modalidade oral-auditiva.

PALAVRAS-CHAVES: Linguagem. Língua de Sinais. Crianças surdas.

Language plays an important role in the constitution of subjects, since it is the means by which we appropriate the culture around us, build up our understanding of the micro- and macro- universe, and establish our social and affective relationships. However, despite its unquestionable importance for human beings, the possibility of its development in deaf people has been denied over the centuries, as they have been deprived of the opportunity to learn Sign Language. The origins of this opposition to Libras (Brazilian Sign Language), which can be found in the majority in deaf children's families as well as in schools, arises from myths and prejudices perpetuated in relation to deaf people and their natural language, are investigated, as a means to overcoming it. The primary objective of this paper, which arises from this discussion, is to show the importance of giving deaf children the opportunity to learn this language from an early age, for their full development. For this purpose, some studies are indicated that have been carried out with deaf children of deaf parents who have been able to acquire Sign Language as their first language, in their earliest contacts with their surroundings. These studies conclusively show the importance of this early exposure to sign language, as it enables these children to build up a comprehensive and authentic language, reaching the same levels of development as hearing children who grow up in an oral-auditive linguistic environment.

Keywords: Language, Sign Language. Deaf children.

A linguagem é indubitavelmente fundamental para os sujeitos, na medida em que é através dela que nos apropriamos da cultura do entorno, construímos nosso entendimento sobre o micro e macro universo e estabelecemos nossas relações socioafetivas. Desta forma, entendemos que a linguagem exerce papel preponderante na constituição dos sujeitos, de modo que "é nela, por ela e com ela que (...) nos tornamos 'humanos'" (LACERDA, 1998, p. 38-39).

Apesar da relevância inquestionável da importância da linguagem para os seres humanos, a possibilidade de construção da mesma para os surdos tem sido secularmente negada. A ideologia oralista¹ impõe, desde o Congresso de Milão de 1880, quando se proibiu o uso da Língua de Sinais, banindo-a das escolas, a oralização dos surdos. Sendo que, atualmente, apesar do amparo legal da nova legislação, que reconhece Libras² como a língua natural das pessoas surdas brasileiras, na maioria dos espaços escolares ainda continua sendo negligenciada.

Verifica-se que a Língua de Sinais é utilizada muito mais como um instrumento a fim de ensinar a Língua Portuguesa, que possui prestígio e goza de reconhecimento social dentre os professores que, em sua grande maioria, não possuem fluência em Libras e, tampouco, qualificação metodológica voltada ao ensino de alunos surdos. Em decorrência deste contexto, perde-se a expectativa de excelência que deveria pautar a proposta bilíngue³ de ensino, também prevista em lei, para os sujeitos surdos.

Os mitos e os preconceitos que se perpetuam em relação aos surdos e à Língua de Sinais legitimam práticas de oralização, nas quais predominam o treinamento da leitura labial e a terapia da fala, com o objetivo precípuo de dissimular a surdez, buscando transformar os surdos em pseudo-ouvintes, conferindo-lhes um lugar de não-eu.

Neste processo, o uso da ciência e da tecnologia se constitui na promessa redentora de corrigir a deficiência através dos melhoramentos protéticos e implantes cocleares, transformando os surdos nos ciborgues da surdez (LOPES, 2004).

Enquanto todos os investimentos continuam sendo destinados predominantemente à "correção da surdez", os surdos, ao serem privados da Língua de Sinais, são concomitantemente castrados da possibilidade de construir uma linguagem plena e autêntica, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais correlatas. Segundo Perlin (2004, p. 79), esta "condescendência a automutilação ou ciborguização dos surdos" constitui-se em uma violência, provocando o "surdicídio" destes sujeitos ao impor-lhes um modelo de identidade ouvinte que continua vigorando.

O objetivo do presente ensaio é mostrar a importância da Língua de Sinais para os surdos, como constituindo sua língua natural, fundamental para a construção da sua linguagem-identitária, cuja função seja a da promoção de todos os desenvolvimentos individuais e sociais vinculados a mesma; da mesma maneira como a língua de modalidade oral-auditiva possibilita aos ouvintes seu desenvolvimento. Nesta discussão pretende-se, portanto, focalizar alguns dos mitos e preconceitos que ainda imperam em relação à Língua de Sinais, cuja consequência nefasta implica o afastamento dos surdos da possibilidade de construir uma linguagem, na sua língua de modalidade visuo-espacial, ainda que distinta daquela instituída pelos ouvintes como a do padrão de normalidade.

ALGUNS DOS MITOS E PRECONCEITOS EM RELAÇÃO À LÍNGUA DE SINAIS

Desde 1960, através das pesquisas realizadas pelo linguista William Stroke, está comprovado que a Língua de Sinais atende a todos os critérios de uma língua genuína, tendo a mesma qualidade que as línguas de modalidade oral-auditiva. Deste modo, concluiu-se que os sinais não são imagens, mas são símbolos abstratos complexos com uma concomitante complexidade estrutural também.

Apesar da afirmação de excelência da Língua de Sinais já comprovada por estudos linguísticos, os mitos e os preconceitos em relação a ela vigoram não apenas para o senso comum, mas também na maioria das instituições de ensino. O preconceito de considerá-la uma língua pobre, constituída de uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de comunicar e expressar conceitos abstratos; linguisticamente, de conteúdo restrito; assim como estética, expressiva e linguisticamente inferior às línguas de modalidade oral-auditiva (QUADROS, 2004) sustenta grande parte da resistência de ensiná-la como primeira língua para as crianças surdas, a fim de construir uma linguagem através desta.

Esta desqualificação atribuída a Libras, somada ao mito de que os sinais prejudicam o desenvolvimento das crianças surdas, visto que, de acordo com a perspectiva dos que defendem⁴ a oralização dos surdos, as crianças sinalizadoras teriam maior dificuldade de aprender a falar uma língua de modalidade oral-auditiva, acarretam enorme prejuízo para estas, tanto no desenvolvimento cognitivo quanto social e afetivo. Nesta perspectiva, ainda impera o entendimento preconceituoso de que os sinais devem ser utilizados apenas pelos surdos que “fracassam”⁵ no processo de oralização; logo, para os mais incapacitados cognitivamente e socialmente.

Neste contexto, a Língua de Sinais é uma marca estigmatizadora a ser evitada para os considerados “capazes” de serem oralizados, uma condição de “gata borralheira” em face à “cinderalidade” daquilo que é da maioria, ou seja, da língua oral. Como corolário inevitável, enquanto as crianças ouvintes, precisamente por ouvirem, estão inseridas automaticamente em um ambiente de troca e construção da linguagem via uma língua de modalidade oral-auditiva, as crianças surdas, na sua grande maioria filhas de pais ouvintes⁶, vivem destituídas das mesmas oportunidades de apropriar-se de seu entorno, visto que as informações nesta modalidade não fluem em reciprocidade. Desta forma, elas alcançam apenas a possibilidade de compreensão de uma parte muito restrita das informações, em geral associadas a rotinas concretas obtidas pelos cuidados que recebem.

Dentre os resultados deste isolamento ao “capital cultural” (BOURDIEU, 1964), da interação natural que promoveria o desenvolvimento e as aprendizagens apropriadas, é bastante provável que a “profecia autorrealizadora” das falhas no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo se efetive. A causa, no caso, fica sendo atribuída erroneamente à identidade do sujeito da não oralidade e não a falta de acesso à linguagem mais adequada ao sujeito surdo.

LÍNGUA DE SINAIS: A PORTA DE ENTRADA PARA O MUNDO SIMBÓLICO

A linguagem constitui-se em um processo que coexiste no plano social e emocional. Exerce uma função concomitantemente relacional e intelectual. Neste sentido é importante destacar que:

(...) o diálogo impulsiona a linguagem, a mente; mas depois que esta é impulsionada, desenvolvemos um novo poder, a “fala interna”, e esta que é imprescindível para nosso desenvolvimento mais amplo, nosso pensamento. (...) escreveu Vygotsky, (...) “Nós somos nossa linguagem”, costuma-se dizer; mas nossa verdadeira linguagem, nossa verdadeira identidade,

reside na fala interna, no incessante fluxo e geração de significado que constitui a mente individual. É por meio da fala interna que as crianças desenvolvem seus próprios conceitos e significados. (SACKS, 1998, p. 84- 85).

Para exemplificar a importância da Língua de Sinais para surdos, a única constituída de uma modalidade viso-espacial que lhes permite o livre trânsito entre interlocutores, impulsionando o desenvolvimento da linguagem, da mente, da sua "fala interna", resgatamos um caso estudado por Sacks (1998) de um menino surdo de 11 anos que até esta idade não havia conseguido aprender nenhuma língua. Joseph é um caso extremo que ilustra com brilhantismo o quanto ao se negar a aprendizagem da língua natural dos surdos pode um indivíduo ser aniquilado pela exclusão, pela impossibilidade de uma comunicação genuína e profícua.

O autor relata que, em decorrência do mundo para Joseph ser apenas uma série de bocas em movimento, cujo conteúdo ele não conseguia ter acesso, este não tinha conseguido desenvolver sequer a noção de temporalidade, construído um senso histórico, uma dimensão autobiográfica. A ausência de uma língua, que impossibilitou desenvolver uma linguagem, a mente, sua "fala interna", o aprisionou por 11 anos a um mundo pequeno e imediato. A incapacidade de atingir o plano simbólico, um direito humano de toda criança, causava-lhe profundo sofrimento que pode ser percebido no depoimento de Sacks (1998, p. 51) ao descrevê-lo: "Lembrava-me um pouco um animal não verbal, mas nenhum animal transmitiu o sentimento de anseio pela língua como fazia Joseph".

Nesta perspectiva, é importante salientar que, em geral, todos os surdos que tiveram acesso tardio à Língua de Sinais dão o seu testemunho de quanto a mesma possibilitou um renascer. O exemplo abaixo do depoimento da surda Karin Strobel (2008, p. 14-17) ilustra a situação:

(...) aprendia a falar, mas não sabia me comunicar adequadamente, só ficava repetindo as palavras, igual a um papagaio, sem entender seus significados, tudo muito mecânico e sem emoções. (...) Ao ter contato com a comunidade surda, o meu mundo abriu as portas e eu pude explorar e expandir para fora tudo o que estava insuportavelmente sufocado dentro de mim.

Vê-se que, como denomina exemplarmente a surda Gladis Perlin (2003), a Língua de Sinais é a saída "da terra do exílio" da cultura ouvinte dominante, da inércia social e subjetiva decorrente da dificuldade de organizar os pensamentos, de construir sua "fala interna" através da apropriação limitada de uma língua de modalidade oral-auditiva. Por tal, indubitavelmente, reforçamos a assertiva de que a Língua de Sinais é uma questão de direitos humanos.

A CRIANÇA SURDA E O ACESSO À LÍNGUA DE SINAIS EM TENRA IDADE

A falta de interações comunicativas significativas entre as crianças surdas e os pais ouvintes desde a tenra idade pela barreira linguística imposta pelos mesmos – ao restringirem a tentativa de comunicação via língua de modalidade oral-auditiva – faz com que estabeleçam uma relação comunicativa com seus filhos restrita, em geral, de caráter icônico e contextual, que esvazia a possibilidade de trocas simbólicas destes com o meio, absolutamente necessárias para o desenvolvimento da linguagem e de outras funções psicológicas superiores (FERNANDES, 2003).

Este bloqueio comunicativo, presente desde as primeiras relações parenterais, tem implicado inúmeros problemas para os surdos, inclusive de ordem emocional. Ironicamente, muitas destas crianças, rotuladas como nervosas, agressivas, inseguras, entre outras denominações pejorativas, são encaminhadas para atendimento psiquiátrico, alegando-se apresentarem distúrbios neurológicos ou mentais (DORIZAT, 2009).

No entanto, as pesquisas com crianças surdas filhas de pais surdos evidenciam que as dificuldades que muitas destas encontram não são decorrentes da surdez, mas da falta de um *input* linguístico adequado, visto que este não é possibilitado às mesmas pelos pais ouvintes, que se recusam a apreender a Língua de Sinais para construírem uma relação comunicativa significativa com seus filhos surdos. Nesta perspectiva, Skliar (2000) enfatiza que os filhos surdos de pais surdos não apresentam problemas sociais e afetivos, construindo uma identidade equilibrada, apresentando desenvolvimento semelhante às crianças ouvintes. O autor também rompe com o mito de que as crianças sinalizadoras teriam maior dificuldade de serem oralizadas, ao afirmar que as crianças surdas filhas de pais surdos, além de apresentarem melhores níveis acadêmicos do que as filhas

de pais ouvintes, também apresentam melhores habilidades para a aprendizagem da língua oral e escrita. Esta assertiva de que os surdos filhos de pais surdos estão mais bem preparados para enfrentar a etapa escolar, apresentando melhor desempenho, além das habilidades da escrita e leitura, já está confirmada segundo vários autores (QUADROS, 1997; SKLIAR, 1999; GUARINELLO, 2004; citados por GUARINELLO, 2009).

Nesta perspectiva, pesquisadores filiados à nova concepção socioantropológica da surdez são unânimes em afirmar que não é a falta da audição que impõe ao desenvolvimento cognitivo um *deficit*, mas sim a restrição a uma língua é que pode afetar o mesmo. Neste sentido, é interessante resgatar que, através dos estudos que discutem os fatores que influenciam no desenvolvimento humano, já está estabelecida a importância do desenvolvimento da linguagem como elemento fundamental a influenciar o desenvolvimento do jogo simbólico. Segundo Barbosa (2009), entende-se que, se a criança surda não receber estímulo linguístico adequado no início de seu desenvolvimento, esta privação poderá acarretar atrasos no desenvolvimento do jogo simbólico e no que o mesmo proporciona à criança. A partir destas conclusões, reforça-se a importância da Língua de Sinais para as crianças o mais cedo possível, a fim de que estas tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento humano que as crianças ouvintes imersas em um ambiente linguístico de modalidade oral auditiva, que no caso das crianças surdas, necessariamente, perpassa a necessidade do acesso à língua de modalidade visuo-espacial. Como apontou Sicard, o principal problema das crianças surdas é a ausência de “símbolos para fixar e combinar idéias” (*apud* SACKS, 1998, p.15) que estas, ao serem privadas da Língua de Sinais, possuem. Entendemos que a falta de uma língua impede o desenvolvimento da linguagem e os desenvolvimentos correlatos que a mesma possibilita, tanto para a criança surda como para a ouvinte, diferindo apenas a modalidade da língua que deve mediar este processo: para as primeiras, de modalidade visuo-espacial; para as segundas, de oral-auditiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inquestionavelmente, os estudos realizados com crianças surdas filhas de pais surdos, as quais têm a possibilidade de aprender a Língua de Sinais como primeira língua já nos primeiros contatos com o seu entorno, são conclusivos no sentido de mostrar a importância da mesma para que estas construam uma linguagem plena, autêntica e autoidentificadora, alcançando os mesmos patamares de desenvolvimento do que as crianças ouvintes inseridas em um ambiente linguístico de modalidade oral-auditiva.

No entanto, ainda muitos mitos e preconceitos persistem em torno da Língua de Sinais, privando as crianças surdas da mesma e dos benefícios que o desenvolvimento da linguagem traz para estas. A Escola não pode permanecer espectadora desta produção de exilados, mas sim, mediante a reflexão e a implosão dos mitos e preconceitos, assumir sua responsabilidade, seja na formação das crianças surdas, propiciando-lhe um ensino bilíngue com excelência, seja contribuindo para mudar as representações equivocadas nas famílias e na comunidade em geral.

Neste processo, consideramos importante que a Escola, ao mostrar o seu comprometimento com o ensino de qualidade dos surdos e a valorização da Língua de Sinais, crie programas de instrução e orientação aos pais de crianças surdas, chamando-os à responsabilidade, a fim de reverem seus mitos e preconceitos e aprenderem Libras.

Se todo “o homem é dependente do olhar desejante do outro, das suas palavras, do seu reconhecimento” (SLAVUTZKY, 2009, p. 16) tanto para constituir-se como idêntico, quanto para pertencer, o olhar que aqui se defende dos sujeitos ouvintes para os sujeitos surdos é um olhar que os reconheça como diferentes com direitos iguais. Direitos que “os mesmos” advogam para si. No caso, o ambiente bilíngue desde a mais tenra idade é a tese aqui defendida como a melhor possível.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Heloíza. O desenvolvimento cognitivo da criança surda focalizado nas habilidades visual, espacial, jogo simbólico e matemática. In: QUADROS, Ronice Muller de; STUMPF, Marianne Rossi (Orgs.) *Estudos Surdos IV*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009, p. 408-425.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Les héritiers: le étudiants et la Cultura*. Paris: Les Editions de Minuit, 1964.

FERNANDES, Sueli de Fátima. *Educação bilíngüe para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios*. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, 2003.

DORIZIAT, Ana. *O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GUARINELLO, Ana Cristina; BERBERIAN, Ana Paula; SANTANA, Ana Paula de Oliveira, BORTOLOZZI, Kyrlian Bartira; SCHEMBERG, Simone; FIGUEIREDO, Luciana Cabral. Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis. In: *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*. Universidade Estadual Paulista. v. 15. n°1, 2009, p. 99 – 120.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem*. Espaço, Rio de Janeiro, n°10, p. 30-40, dez./1998.

LOPES, Maura Corcini. A natureza educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferenças no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 33-55.

PERLIN, Gladis Terezinha. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.) *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferenças no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 74-82.

PERLIN, Gladis Terezinha. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. Tese de Doutorado em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad. Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVESTRE, Núria. Educação e aquisição da linguagem oral por parte dos alunos surdos. In: SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Núria; ARANTES, Valéria Amorim (Orgs.). *Educação de surdos: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007, p. 49-104.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: Skliar, Carlos (Org.). *Educação & Exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SKLIAR, C. A Localização Política da educação bilíngüe para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, v. 2, 1999, p.7- 14.

SLAVUTZKY, Abrão. *Quem pensa tu que eu sou?* São Leopoldo: Unisinos, 2009.

STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: Vestígios culturais não registrados na história*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

NOTAS

¹ Oralismo ou práticas oralistas constituem-se na forma institucionalizada do ouvintismo. O termo ouvintista, ouvintismo, etc., são derivações de “ouvintização” que, segundo a concepção de Skliar, constitui: “uma forma particular e específica de colonização dos ouvintes sobre os surdos. Supõe representações práticas de significação, dispositivos pedagógicos, etc., em que os surdos são vistos como sujeitos inferiores” (1999, p. 7).

² Decreto nº. 5.626, dezembro de 2005, regulamentou a Lei 10.436/2002, na qual a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como a forma de comunicação e expressão de comunidades de pessoas surdas do Brasil, um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e que se constitui em um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos.

³ O referido decreto também reconhece que os surdos têm o direito a um ensino bilíngue, no qual Libras constitui a primeira língua e a Língua Portuguesa a segunda na modalidade escrita. Assim, ambas devem ser utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

⁴ Apesar de todos os novos estudos realizados, especialmente com crianças surdas filhas de pais surdos, demonstrarem a importância da Língua de Sinais como condição primordial para o desenvolvimento não só da linguagem, mas destes como sujeitos históricos que têm o direito a uma língua que lhes possibilite o acesso pleno e irrestrito aos conhecimentos produzidos pela humanidade, alguns pesquisadores, vinculados à abordagem clínico terapêutica da surdez, como Núria Silvestre (2007), insistem no mito de que a Língua de Sinais influi negativamente sobre a aquisição da linguagem oral e, a partir desta justificativa, continuam a se opor à possibilidade da criança ainda em tenra idade ter os seus direitos humanos linguísticos respeitados.

⁵ O lendário filme *Meu nome é Jonas* retrata a história de um menino que por anos viveu em isolamento linguístico, apresentando todas as dificuldades sociais, afetivas e cognitivas que a privação impôs ao mesmo, até que depois de “fracassar” no processo de oralização, a sua mãe busca a alternativa da Língua de Sinais para o filho, como a última tentativa desesperada de comunicação. Este filme, que é uma ficção, de 1979, continua a ser a história real, cruel e desumana de inúmeras crianças surdas privadas de sua língua natural.

⁶ É importante observar que 90 a 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, o que lhes confere uma condição de “estrangeiridade da língua materna”.